



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Processo nº: 00600-00010405/2022-00-e

Interessado: Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

Assunto: Representação

Ementa: Requerimento efetuado por candidato ao cargo de Agente de Polícia, na categoria de pessoa com deficiência, incluindo os efeitos da cautelar solicitada pelo representante ministerial no Processo nº 00600.00009569/2022-86, no concurso público aberto por meio do Edital nº 1, de 30.06.20, em face de possível irregularidade cometida na condução desse concurso, consistente em sua eliminação do mesmo, por não ter sido considerado pessoa com deficiência. **Decisão nº 4.146/22:** conhecimento do requerimento do candidato como se representação fosse, sem manifestação quanto à cautelar requerida, fixação de prazo à PCDF e ao Cebraspe para apresentação de esclarecimentos, e ciência da decisão ao representante. Apresentação de pedidos pelo representante: vista dos presentes autos e realização de sustentação oral. **Pelo deferimento. Marcação da sustentação oral para o dia 23.11.22.**

DESPACHO SINGULAR Nº 348/2022-GCMA

Cuidam os autos de requerimento efetuado por candidato ao cargo de Agente de Polícia, na categoria de pessoa com deficiência, incluindo os efeitos da cautelar solicitada pelo representante ministerial no Processo nº 00600.00009569/2022-86, no concurso público aberto por meio do Edital nº 1, de 30.06.20, em face de possível irregularidade cometida na condução desse concurso, consistente em sua eliminação do mesmo, por não ter sido considerado pessoa com deficiência (peças 1 e 2).

Na primeira vez em que se manifestou no feito, acerca da admissibilidade da aludida representação, o Tribunal, por meio da Decisão Reservada nº 240/22 (peça 8), deliberou por:

“I – tomar conhecimento: a) da instrução de peça 3 da Secretaria de Fiscalização de Pessoal/TCDF – SEFIPE; b) do requerimento efetuado por candidato, no concurso público regulado pelo Edital nº 1, de 30.06.20, como se representação fosse, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF (peças 1 e 2); II – dar ciência desta decisão ao representante; III – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e ao Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe que, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 230, § 7º, do RI/TCDF, apresentem os esclarecimentos que se fizerem necessários quanto ao teor da representação do referido candidato; IV – levantar o caráter de sigiloso atribuído ao feito em exame; V – autorizar: a) o encaminhamento de cópia da representação do candidato à PCDF e ao Cebraspe, para subsidiar o atendimento do item III anterior; b) o retorno dos autos à SEFIPE, para as providências de sua alçada.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Com isso, esta Corte não se manifestou quanto ao pedido da cautelar, deixando-a para depois da apresentação de esclarecimentos pela PCDF e Cebraspe, sobre a representação, conforme item III da citada decisão.

Logo após a edição da referida decisão, e da Decisão nº 4.146/22, essa última proferida no Processo nº 00600-00009569/2022-82, que albergava também, inicialmente, o mencionado requerimento do candidato, ele ingressou no Tribunal com dois pedidos: cópia do referido processo e dos presentes autos, e a realização de sustentação oral neste feito.

Os dois pedidos foram juntados, primeiramente, no Processo nº 00600-00009569/2022-82 (peças 25 e 26), sendo que, posteriormente, aqueles referentes ao presente feito foram carreados para o mesmo (peça 14).

Nesta oportunidade, examino a solicitação de vista destes autos e de realização de sustentação oral.

Pois bem, considerando o direito ao acesso à informação, previsto na Lei nº 12.527/11, que regulamenta o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da CF, bem como tendo em conta o disposto no § 1º do art. 136 do RI/TCDF, defiro os pedidos efetuados pelo representante, relativos a este feito.

Assim, **decido: I** – tomar conhecimento dos pedidos efetuados pelo Sr. Pedro Henrique Duarte Medeiros de Brito, mediante o documento acostado à peça 14, a saber: a) vista do presente feito, e b) realização de sustentação oral, deferindo tais pedidos, sendo que a sustentação oral fica marcada para o dia 23.11.22; **II** – esclarecer ao representante que, havendo interesse na apresentação de memorial, isso deverá ocorrer até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da realização da sustentação oral, nos termos do art. 136, § 6º, do RI/TCDF; **III** – dar ciência desta deliberação ao referido interessado; e **IV** – após a adoção das providências pertinentes, determinar o retorno dos autos ao meu gabinete.

Brasília, em 13 de outubro de 2022.

MANOEL DE ANDRADE

Relator